

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.632.721 - RS (2019/0370340-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA  
RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
**ADVOGADO** : FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277  
**AGRAVANTE** : MARIA SUSETE CENTENO  
**ADVOGADOS** : CAIO MÚCIO TORINO - RS022226  
FERNANDO DA SILVA CALVETE - RS043031  
LUCIANA BEZERRA DE ALMEIDA BITTENCOURT - RS049955  
LEANDRO MENDES LECTZOW - RS072736  
RAFAEL MARIATH BASSUINO - RS076305  
DANIELI CRISTINA BONI - RS100426  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUJEITA AO NCPC. BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. RECURSO DA PARTE AUTORA. ART. 85, § 2º, DO NCPC. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO. PROVEITO ECONÔMICO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

MARIA SUSETE CENTENO (MARIA SUSETE) ajuizou ação revisional contra FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE E SANEAMENTO (FUNCORSAN).

Em primeira instância, o pedido foi julgado parcialmente procedente a fim de condenar FUNCORSAN para, em revisão dos contratos de empréstimo que firmaram, a partir de 6/4/08 (ante a reconhecida prescrição), limitar os juros remuneratórios em 1% ao mês a sua capitalização ao período anual, autorizando a compensação dos valores eventualmente pagos a tal título com o saldo devedor ainda existente. Em face do resultado, pagará cada parte 50% das custas processuais, bem como honorários ao patrono da adversa, fixados, igualitariamente, em R\$ 1.200,00, suspensa a exigibilidade da autora em face do deferimento da gratuidade judiciária (e-STJ, fl. 199/205).

Apelaram as partes.

O Tribunal gaúcho negou provimento ao apelo da ré e deu provimento ao recurso da autora, nos termos da ementa a seguir transcrita:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO REVISIONAL.*

*O prazo da prescrição da pretensão revisional é o decenal previsto no artigo 205 do CC.*

*Possibilidade de revisão de todos os contratos.*

*Sendo a ré entidade fechada de previdência complementar, deve observar os limites estabelecidos na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33), devendo os juros remuneratórios ser limitados a 1% ao mês.*

*Capitalização afastada em qualquer periodicidade.*

*A repetição ou compensação dos valores pagos a maior é conclusão lógica da revisão dos contratos.*

*APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA.*

*APELAÇÃO DA AUTORA PROVIDA (e-STJ, fls. 254).*

Os embargos de declamação opostos por FUNCORSAN e por SUSETE foram rejeitados (e-STJ, fls. 302/309 e 310/314, respectivamente).

Inconformada, MARIA SUSETE interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, a, da CF, alegando ofensa ao art. 85, § 2º, do NCPC.

Sustentou, em suma, que o valor do proveito econômico é plenamente mensurável, correspondendo ao benefício financeiro do recorrente com o manejo da presente ação, benefício que corresponde não só à redução do saldo devedor, como também, cumulativamente, com o montante de eventual repetição de indébito, não havendo qualquer fundamento jurídico que sustente a fixação dos honorários somente a ser reduzido da dívida, ao arrepio da legislação processual vigente (e-STJ, fl. 344).

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem, ante a incidência da Súmula nº 83 do STJ, no que se refere à prescrição e à limitação dos juros moratórios em 1% ao mês (e-STJ, fls. 354/361 e 372/385).

No agravo em recurso especial, MARIA SUSETE alegou que seu recurso merece trânsito, pois reúne todos os requisitos necessários a admissibilidade, devendo ser afastados os óbices sumulares aplicados na origem (e-STJ, fls. 387/400).

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 423/429).

É o relatório.

DECIDO.

O presente recurso não comporta acolhimento.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo em recurso

especial, dele conheço, a fim de negar provimento ao apelo nobre, nos termos da seguinte fundamentação.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**Da alegada ofensa ao art. 85 do NCPC**

MARIA SUSETTE afirmou que o TJRS, ao fixar a verba sucumbencial em 20% do proveito econômico obtido com a demanda, deixou de incluir os valores referentes à repetição do indébito, que também configura o proveito econômico, devendo, assim, integrar a verba sucumbencial. Aduziu, ainda que, o "*valor do proveito econômico obtido na demanda é perfeitamente mensurável, correspondendo ao benefício financeiro do recorrente com o manejo da presente ação*".

Pois bem.

Ao se manifestar sobre o tema, o Tribunal gaúcho, no julgamento do recurso aclaratório aviado por MARIA SUSETTE, destacou:

*A verba honorária devida ao patrono da autora/embargante foi fixada em 20% do proveito econômico obtido com a demanda, restando expressamente consignado no acórdão recorrido que o proveito econômico corresponde ao valor a ser reduzido da dívida. O comando de repetição do indébito em nada interfere na determinação, devendo ser mantido o acórdão também na fixação da verba honorária, porque ausente omissão ou quaisquer outros vícios (e-STJ, fl. 313/314, sem destaque no original).*

Como constou da decisão agravada:

*[...] "Quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão do dia 13/03/2019, no julgamento do REsp 1.746.072/PR, firmou jurisprudência no sentido de que: (a) na hipótese de condenação, a verba sucumbencial deve ser fixada entre 10% e 20% sobre o montante da condenação (art. 85, § 2º); (b) não havendo*

*condenação, a verba sucumbencial será também fixada entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (b.1) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (b.2) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 22); (c) nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 82)."(AgInt nos EDCI no REsp 1.774.427/RJ, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 21/03/2019, DJe 2/4/2019) (e-STJ fl. 283, sem destaque no original).*

Como se vê das razões acima, o acórdão recorrido, ao fixar a verba sucumbencial em 20% sobre o valor do proveito econômico obtido, aplicou corretamente o comando inserto no § 2º do art. 85, do NCPC, não havendo falar em violação do citado dispositivo.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC/2015. PROVIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF.*

*1. Ação de indenização.*

*2. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).*

*[...].*

6. Agravo interno nos embargos de declaração no recurso especial não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.789.460/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 16/3/2020, DJe 18/3/2020)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA, DE PLANO, DAR PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.*

*1. Nos termos da orientação jurisprudencial firmada pela Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.746.072/PR, DJe 29.03.2019, os honorários advocatícios de sucumbência, na vigência do CPC/15, devem ser fixados de acordo com os seguintes critérios: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedentes.*

*2. A verificação do alegado proveito econômico, apontado pela parte agravante como base de cálculo para os honorários, implicaria em desconstituir as conclusões a que chegou o órgão julgador, o que ensejaria em interpretação de cláusulas contratuais e em reexame de matéria fático-probatória, atraindo os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ.*

*Precedentes.*

*3. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 1.417.958/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 17/02/2020, DJe 20/02/2020, sem destaque no original).

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. [...]. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESSA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*[...].*

*2. Sobre as regras incidentes ao arbitramento dos honorários advocatícios, a Segunda Seção do STJ, em atenção à objetividade traçada pelo legislador, afastando-se em boa medida do critério*

# Superior Tribunal de Justiça

*da equidade largamente utilizado no diploma anterior, assentou que "o § 2º do art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo" (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, rel. p/ acórdão Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).*

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.556.549/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/03/2020, DJe 20/03/2020, sem destaque no original).

Assim, estando o acórdão recorrido em plena consonância com a jurisprudência dominante desta Corte, incide, no ponto, a Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, *o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Nessas condições, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 02 de abril de 2020.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator